

Informe de Política Externa Brasileira – Nº 86 Abril – 2017

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Carta Capital* e *Veja*, e pelos jornais *Correio Braziliense, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Valor Econômico* e *Zero Hora*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias; Prof. Dr. Eduardo Mei.

Doutorandos pelo PPGRI San Tiago Dantas (Unesp – Unicamp – PUC/SP): Giovanna Ayres Arantes de Paiva; José Augusto Zague; Lívia Peres Milani; Luiza Elena Januário.

Mestrandos pelo PPGRI San Tiago Dantas (Unesp – Unicamp – PUC/SP): Adriane Gomes Fernandes de Almeida; Bruce Roberto Scheidl Campos; Camila Gomes de Assis; Jonathan de Araujo de Assis; Julia de Souza Borba Gonçalves; Kimberly Alves Digolin.

Graduados em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Camila Oliveira Santana; Thiago Eizo Coutinho Maeda.



No mês de abril, os periódicos analisados enfatizaram questões políticas e econômicas na América do Sul. O tema que mais repercutiu foi a postura do Brasil em relação à crise na Venezuela, tanto no âmbito bilateral quanto no âmbito regional. Diversos periódicos emitiram opiniões a respeito de como o governo brasileiro deveria agir em relação à Venezuela. Outro tema citado pela mídia brasileira foi a adoção de novas políticas econômicas na América do Sul, sobretudo no Brasil, e seus possíveis desdobramentos.

A atuação do Mercosul na crise política da Venezuela

No mês de abril, os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Zero Hora* publicaram editoriais sobre a decisão do presidente venezuelano Nicolás Maduro de dissolver os poderes da Assembleia Nacional e sua repercussão para o Mercosul, com destaque para o posicionamento brasileiro em relação à Venezuela em dois momentos: durante os governos do PT e atualmente com o do PMDB.

No dia 1º de abril, a Folha de S. Paulo classificou a medida de Maduro como grave golpe à democracia, porque deixa o Executivo com domínio sobre os três Poderes. O periódico insinuou que esta ação não pode ficar impune, mas que a imposição de sanções à Venezuela deve ser pensada com cautela, pois a intenção não é agravar o quadro social do país. Para tanto, o jornal ressaltou a reunião realizada pelos membros do Mercosul a fim de discutir a situação venezuelana, e acrescentou que se espera que o Brasil e os demais países acionem a cláusula democrática do bloco contra a Venezuela. No mesmo dia, em seu editorial, O Estado de S. Paulo classificou a ação de Maduro enquanto uma tentativa de se manter no poder indefinidamente a qualquer custo e chamou a atenção para o fato de que a Assembleia Nacional é majoritariamente composta pela oposição, que foi eleita democraticamente. O editorial ainda argumentou que essa medida não foi a única para assegurar o poder à Maduro, pois alguns dias antes o Tribunal Superior de Justiça (TSJ) havia suspendido a imunidade parlamentar de 167 membros da Assembleia Nacional por terem concordado com a aplicação da cláusula democrática da Organização dos Estados Americanos (OEA). O periódico mencionou que a declaração do Brasil sobre o rompimento da ordem democrática e a reunião



realizada pelos membros do Mercosul são sinais de reação internacional ao caso. Ademais, *O Estado de S. Paulo* destacou que Lula da Silva foi cúmplice de Chávez e ajudou a aprofundar a ditadura na Venezuela.

No dia 3 de abril, o jornal *Zero Hora* saiu em defesa da ordem democrática e das instituições, alegando que a democracia é o pressuposto da criação do Mercosul e, portanto, o torna indissociável da mesma. O periódico afirmou que a decisão dos membros do bloco em ativar a cláusula democrática foi um fator de pressão para que Nicolás Maduro recuasse em relação a dissolução dos poderes da Assembleia Nacional e que a Venezuela deve respeitar suas instituições e assumir o compromisso de ser transparente com a democracia, caso contrário não lhe restará outra opção senão a expulsão do Mercosul. Quanto ao Brasil, o periódico destacou que este só condena o autoritarismo quando lhe convém. Em comparação aos demais periódicos, o *Zero Hora* não adotou uma postura agressiva em relação ao tema – ou seja, não recorreu a palavras de cunho pejorativo –, mas explicitou sua posição favorável à garantia da liberdade de expressão e democracia.

No dia 4 de abril, O Estado de S. Paulo publicou um editorial que menciona novamente a situação na Venezuela, mas desta vez comparado ao ocorrido no Paraguai, para demonstrar que existe uma força populista na América do Sul – apesar, segundo o jornal, deste ter sofrido reveses na Argentina e no Brasil. O periódico classifica o recuo do TSJ como encenação de Maduro, o qual tem poder para fazer e desfazer ações a seu gosto, e que somente o Mercosul pode mudar esse quadro – apontando a reunião realizada pelo mesmo como um exemplo positivo disto. Nesta mesma linha de argumentação, o editorial publicado pela Folha de S. Paulo, no dia 6 de abril, apontou para uma nova configuração das relações internacionais na América do Sul, pois emergiu um espaço político capaz de pressionar a Venezuela, tendo em vista as demandas do Mercosul para com a mesma: separação dos poderes, manutenção do calendário eleitoral, liberalização dos presos políticos e realização de uma missão especial do Mercosul. Segundo o jornal, o chavismo encontrou apoio político no Brasil durante gestões anteriores, mas agora passa a encarar mudanças com um Mercosul mais unido e fortificado, o qual deverá manter suas cobranças e a comunicação direta com diversos atores, inclusive os militares.



De modo geral, os jornais Folha S. Paulo e O Estado de S. Paulo buscaram estabelecer uma relação entre o chavismo e os governos do PT, que teria contribuído para o aprofundamento do caos social na Venezuela pelo último ter sido "cúmplice" da "ditadura chavista". Ressalta-se que os periódicos utilizam frequentemente adjetivos para induzir o leitor a associar o país à noção de ditadura. No entanto, de acordo com esses periódicos, a partir do governo Temer, o Brasil teria passado a atuar de maneira "correta" em relação à Venezuela, tendo em vista as declarações e as reuniões em âmbito do Mercosul. Porém, esta lógica aplicada às análises sobre os acontecimentos políticos na Venezuela não é a mesma em relação ao processo de impeachment no Brasil e aos seus desdobramentos atuais, pois os jornais são claros em rechaçar a ideia de que houve golpe no país. Já o Zero Hora adotou uma postura mais ponderada em relação ao tema, sem recorrer ao uso de adjetivos e à referência aos governos nacionais, embora tenha sido incisivo ao defender a democracia e as instituições, e ao informar que o Brasil não pode hesitar em defendê-la independente do tipo de relações que mantêm com os países.

Reorientação de políticas econômicas na América do Sul

No mês de abril, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou três editoriais sobre a atual reorientação das políticas econômicas na América do Sul. No dia 6, o periódico publicou um artigo intitulado *A volta da Argentina*, no qual destacou que o país está reconquistando espaço no mercado financeiro, embora de maneira vagarosa. O jornal apontou como exemplo dessa recuperação a nota de crédito da Argentina anunciada pela agência de avaliação de risco Standard & Poor's (S&P), nota esta que passou do conceito B- para B. O periódico defendeu que a gestão do presidente argentino Mauricio Macri luta para eliminar as distorções e deficiências deixados pelos governos kirchneristas, afirmando que o país fora condenado à marginalidade financeira a partir do calote internacional perpetrado no início do século.

Em editorial publicado no dia 7 de abril, *O Estado de S. Paulo* seguiu esse tema afirmando que a integração regional está ganhando espaço na pauta dos governos sul-



americanos novamente. O jornal destacou os esforços para revitalizar o Mercosul e também para aproximá-lo da Aliança do Pacífico – bloco formado por Chile, Colômbia, México e Peru. Segundo o periódico, isso demonstraria uma maior disposição para políticas comerciais mais abertas e dinâmicas, sendo um reflexo da mudança de governos na Argentina e no Brasil, tendo em vista que durante os governos petistas e kirchneristas, segundo *O Estado de S. Paulo*, o bloco não eliminou completamente as barreiras internas e também não se associou aos mercados entendidos enquanto mais importantes. Ademais, o jornal também afirmou que o Brasil vinha participando dessa integração de modo muito limitado, bem como dos acordos bilaterais e inter-regionais de comércio.

Por fim, *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial no dia 8 de abril apontando que o Brasil continua sendo um retardatário na economia latino-americana. O periódico destacou que, apesar de estimativas apontarem para a volta do crescimento da região em 2017, a produção brasileira deve crescer menos de 0,4% segundo a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Para combater esse cenário de recrudescimento, o jornal defende como saída as reformas de cunho econômico e previdenciário propostas pelo governo brasileiro, afirmando que elas representariam uma condição necessária para uma nova etapa de crescimento econômico mais intenso e duradouro. De acordo com o periódico, sem essas reformas, qualquer impulso de crescimento terá efeitos limitados e culminará na volta da estagnação e desemprego.

De modo geral, é possível notar que os três editoriais possuem algo em comum: o argumento de que a adoção de políticas econômicas de teor neoliberal na região da América do Sul deve ser celebrada e incentivada, tendo em vista que seria o único caminho possível para sair desse cenário catastrófico que o jornal desenha a partir das agendas externas dos governos anteriores, em especial na Argentina e no Brasil. Apesar de as conjunturas econômicas nacionais – e também no âmbito externo – apresentarem claros desafios, reduzir o desenvolvimento regional enquanto puro resultado do aumento no número de exportações e implementação da reforma previdenciária é, no mínimo, simplista. Além disso, é interessante destacar que a pauta da integração regional é apresentada com uma nova roupagem, agora despida dos tecidos ideológicos da proposta de integração regional perpetrada na década de 2000, que buscava



alternativas à discrepância nas relações com os mercados ditos centrais. Apesar dessa nova roupagem, a abordagem é igualmente ideológica e política, visto que prioriza o teor neoliberal.

Referências Bibliográficas

A ditadura de Maduro – **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 01 abr. 2017. Editorial.

A exigência democrática. **Zero Hora.** Porto Alegre, 03 abr. 2017. Editorial.

A força do populismo – **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 04 abr. 2017. Editorial.

A volta da Argentina. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 06 abr. 2017. Editorial.

Brasil e a lição dos vizinhos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 08 abr. 2017. Editorial.

Democracia não é. Folha de S. Paulo. São Paulo, 01 abr. 2017. Editorial.

Integração, sem PT e Kirchners. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 07 abr. 2017. Editorial.